

ENSINO DE GEOGRAFIA, CONCEITO DE PAISAGEM E O LIVRO DIDÁTICO

Teaching geography, landscape concept and the textbook

La enseñanza de la geografía, el concepto de paisaje y el libro de texto

Francisca Djalma Pereira Rodrigues e Silva
Universidade Federal do Piauí
profrancisca.43@gmail.com

Raimundo Lenilde de Araújo
Universidade Federal do Piauí
raimundolenilde@ufpi.edu.br

Resumo

As discussões sobre o ensino de geografia são amplas e esse texto abordou o conceito de paisagem enquanto fundamento científico relacionado com o livro didático na escola. O artigo busca compreender o processo de ensino-aprendizagem de Geografia e, especificamente do conceito de paisagem, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em escolas da Rede Municipal de Ensino de Teresina/Piauí além de discorrer sobre o ensino de Geografia e o conceito de paisagem, nos Anos Iniciais, bem como observar as concepções de ensino de Geografia e de paisagem presentes no livro didático do referido componente curricular. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica além de uma análise do livro didático de Geografia, do “terceiro ano”, da coleção “Aprender Juntos”, da autora Leda Leonardo da Silva e que é adotado na Rede Municipal de Ensino, acima citada. Como aporte teórico foram estudados autores que são referências no campo do ensino de Geografia e do ensino de Geografia nos anos Iniciais. Como resultados foram verificados a importância do conceito de paisagem para o ensino de geografia bem como a necessidade de estudar o conceito nos anos iniciais a partir do livro do didático. Concluiu-se que A aprendizagem significativa dos conceitos geográficos possibilita a formação de cidadãos críticos, aptos a atuar na sociedade em constante transformação especialmente o conceito de paisagem estudado nos anos iniciais na escola.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Anos Iniciais. Paisagem. Livro didático.

Abstract

Discussions about the teaching of geography are broad and this text addressed the concept of landscape as a scientific foundation related to the textbook at school. The article seeks to understand the teaching-learning process of Geography and, specifically, the concept of landscape, in the Initial Years of Elementary School, in schools of the Municipal Education Network of Teresina/Piauí, in addition to discussing the teaching of Geography and the concept of landscape, in the Initial Years, as well as observing the concepts of teaching Geography and landscape present in the textbook of the mentioned curricular

component. Bibliographic research was carried out in addition to an analysis of the Geography textbook, from the “third year”, from the “Aprender Juntos” collection, by the author Leda Leonardo da Silva, which is adopted in the aforementioned Municipal Education Network. As a theoretical contribution, authors who are references in the field of teaching Geography and teaching Geography in the Early Years were studied. As a result, the importance of the concept of landscape for the teaching of geography was verified, as well as the need to study the concept in the early years from the textbook. It was concluded that the significant learning of geographic concepts enables the formation of critical citizens, able to act in a society in constant transformation, especially the concept of landscape studied in the early years at school.

Keywords: Teaching Geography. Initial Years. Landscape. Textbook.

Resumen

Las discusiones sobre la enseñanza de la geografía son amplias y este texto abordó el concepto de paisaje como fundamento científico relacionado con el libro de texto en la escuela. El artículo busca comprender el proceso de enseñanza-aprendizaje de Geografía y, específicamente, el concepto de paisaje, en los Años Iniciales de la Enseñanza Fundamental, en escuelas de la Red Municipal de Educación de Teresina/Piauí, además de discutir la enseñanza de Geografía y el concepto de paisaje, en los Años Iniciales, así como observar los conceptos de enseñanza de la Geografía y el paisaje presentes en el libro de texto del mencionado componente curricular. Se realizó una búsqueda bibliográfica además de un análisis del libro de texto de Geografía, del “tercer año”, de la colección “Aprender Juntos”, de la autora Leda Leonardo da Silva, que se encuentra adoptado en la mencionada Red Municipal de Educación. Como aporte teórico se estudiaron autores que son referentes en el campo de la enseñanza de la Geografía y de la enseñanza de la Geografía en la Primera Infancia. Como resultado se constató la importancia del concepto de paisaje para la enseñanza de la geografía, así como la necesidad de estudiar el concepto en los primeros años a partir del libro de texto. Se concluyó que El aprendizaje significativo de los conceptos geográficos posibilita la formación de ciudadanos críticos, capaces de actuar en una sociedad en constante transformación, en especial el concepto de paisaje estudiado en los primeros años escolares.

Palabras clave: Enseñanza de la Geografía. Años Iniciales. Paisaje. Libro de texto.

Introdução

As reflexões integram parte da fundamentação teórica de uma pesquisa mais ampla, em nível de mestrado e ainda em desenvolvimento, no campo do ensino de Geografia e, especificamente, sobre o conceito de paisagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, nesse sentido, o ensino de Geografia pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender as transformações socioespaciais perceber-se como agentes ativos na produção do espaço.

No entanto, para que o processo de ensino-aprendizagem de Geografia, nos Anos Iniciais,

ocorra de maneira significativa, é necessário que haja uma valorização dos conhecimentos prévios, que os alunos trazem consigo para a escola, ou seja, é necessário considerar a realidade vivida desses alunos, para que os mesmos, sejam capazes de ler o mundo da vida.

Nesse sentido, refletir de que maneira é realizado o ensino de Geografia e o conceito de paisagem nos Anos Iniciais e que recursos didáticos são utilizados nas aulas desse componente curricular, cujo principal recurso é o livro didático, e que se justifica, pois, ainda é muito utilizado nas escolas, sendo, portanto, o mais acessível para alunos e professores, como os conteúdos geográficos são estudados nessa fase escolar.

Essa discussão teve como objetivo, discorrer sobre a forma como ocorre o ensino do conceito de paisagem no livro didático de Geografia, nos Anos Iniciais, bem como, observar as concepções de ensino de Geografia e do conceito de paisagem.

O estudo foi realizado em duas etapas: revisão bibliográfica, em que se utilizou como aporte, fontes bibliográficas como: Callai, (2005; 2014; 2017; 2018), Castellar (2019), Cavalcanti (2019), Copatti (2017), Garcia-Pérez (2021), entre outros.

Ensino de Geografia e formação cidadã: uma construção a partir dos anos iniciais

O processo de globalização caracterizado por intensas e rápidas transformações, têm nos revelado processos sociais, econômicos e espaciais que precisam ser compreendidos e enfrentados, no sentido de dirimir ou atenuar as desigualdades socioespaciais advindas dessas transformações.

Vive-se o mundo de instantaneidades e de intensos movimentos; as notícias são veiculadas numa velocidade nunca vista antes. O novo torna-se velho, na mesma velocidade em que temos acesso às notícias, aos produtos.

Em função da fluidez da sociedade “momentânea”, encontra-se a escola com a responsabilidade de acompanhar esse movimento além de proporcionar aos educandos meios para compreender tais processos e, de forma consciente, atuar nessa sociedade em constante transformação. Nesse contexto, a busca é por uma educação geográfica voltada para a cidadania e que responda aos anseios dos educandos a contento.

O que nos ocorre é se a escola daria conta de formar educandos na perspectiva da cidadania, a fim de que estes, possam atuar nessa sociedade de contradições e desigualdades, posto que, na contramão da rapidez com que ocorrem as mudanças, a

escola parece andar em ritmo mais lento, não acompanhando, portanto, os movimentos da sociedade.

É evidente que a Geografia é um componente curricular de fundamental importância, podendo contribuir sobremaneira para a formação dos educandos na perspectiva da cidadania. Para que essa possibilidade seja viabilizada, cabe aos pesquisadores do ensino de Geografia, debater exaustivamente sobre os caminhos pelos quais a Geografia escolar deve trilhar para cumprir o seu papel, que é o de formar cidadãos críticos-conscientes e proativos, aptos a resolver os problemas demandados pela sociedade.

A problemática do ensino de Geografia para a cidadania parece-nos complexo e urgente, devendo as discussões partir de um amplo debate sobre a clareza teórico-metodológica que deve permear a prática pedagógica do professor de Geografia.

Na perspectiva de uma educação geográfica que, de fato contribua para a formação de cidadãos proativos, aptos a atender as demandas da complexa sociedade em que se vive, a Geografia deve trilhar os rumos de um ensino de Geografia pautado na formação cidadã dos aprendizes.

GARCIA-PÉREZ (2021), advoga que se o ensino de Geografia tem a finalidade de formar educandos que compreendam os problemas socioespaciais, deve voltar-se para práticas de ensino baseadas na perspectiva da cidadania. O autor pontua que, a questão educar para a cidadania é urgente, tendo em vista que os referidos problemas ocorrem em escala global.

Si partimos del supuesto, difícilmente rechazable, de que la educación en sus etapas obligatorias, tiene como finalidad básica que el alumnado comprenda mejor la sociedad em que vivimos y sepa actuar afrontando los problemas sociales y ambientales, es evidente que el sistema escolar -y por tanto el currículo debería centrarse em educar ciudadanos y ciudadanas del mundo (no de um territorio concreto) de hoy (no del ayer), com implicación em el presente y com la mirada em el futuro (GARCIA-PÉREZ, 2021, p. 40).

Ou seja, a necessidade de formar educandos capazes de enfrentar os problemas advindos da sociedade atual e na perspectiva de proporcionar mudanças para o presente, mas também para o futuro. CAVALCANTI (2019), destaca a contribuição da Geografia para a ampliação da capacidade de pensamento dos alunos. A autora advoga que a contribuição ocorre a partir do ensino de um modo de pensar geograficamente.

Destarte, a ideia central é a de que o que justifica a presença dessa disciplina na escola é o pressuposto de que ela tem uma contribuição particular na formação dos alunos. A contribuição é, especialmente, a de ensinar a pessoa por meio dos conteúdos que são veiculados nas aulas dessa disciplina, estruturados a partir de conceitos e princípios (CAVALCANTI, 2019, p. 139-40).

Nessa perspectiva, pensar geograficamente pressupõe relacionar-se aos instrumentos simbólicos próprios da Geografia e que para o desenvolvimento deste tipo de pensamento pelos alunos, é necessário organizar um trabalho docente convergente com tal forma de pensamento.

No entanto, para que haja o desenvolvimento de um pensamento geográfico capaz de levar os estudantes a pensar criticamente sobre as mudanças que ocorrem na sociedade, faz-se necessário o rompimento com práticas de ensino tradicionais e a adoção de metodologias de ensino que favoreçam a construção de um modo de pensar geograficamente. Sobre o ensino de Geografia para a cidadania, Callai (2018, p. 10), argumenta que:

A educação geográfica tem como meta a abordagem dos conteúdos da Geografia nos processos de ensino e da aprendizagem oportunizando ao aluno acesso ao conhecimento de modo que o torne significativo para que assim possa elaborar o seu próprio pensamento e produzir o seu saber.

Nesse contexto, o conhecimento geográfico para a formação de pensamentos autônomos pelos estudantes, contribui para a práticas crítico-cidadãs no meio em que estão inseridos, pois, a educação geográfica para a cidadania pressupõe uma Geografia que faça sentido para o aluno. Uma educação geográfica para a cidadania.

Na perspectiva de Callai (2018), a cidadania pressupõe a formação de educandos que se reconheçam com identidade e sentimento de pertencimento no mundo e “que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e responsabilidade coletiva” (PINSKY, 1999, citado por CALLAI, 2018, p. 12).

Ao concordar-se com as ideias dos autores no tocante à importância do desenvolvimento de um pensamento geográfico autônomo, crítico-reflexivo, que conduza os estudantes a práticas cotidianas cidadãs, no sentido de que, estes, possam compreender-se como integrantes do meio em que vivem. Para tanto, é necessário repensar a forma como a ciência geográfica e a Geografia escolar vêm sendo pensadas e ensinadas.

Ainda na perspectiva de Callai (2018), citando Milton Santos (1994), ressalta-se a importância de oportunizar aos estudantes o acesso ao conhecimento que é produzido geograficamente e, ao qual toda criança e jovem tem direito. “Este processo significa oportunizar aos alunos as ferramentas intelectuais para agir no próprio momento da vida em que estão, isto é, ser sujeito que vive como tal com direitos e deveres no presente, [...] ajudando, assim a construir o futuro”.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a Geografia pode contribuir para que o aluno aprenda a ler o mundo em todas as suas dimensões. Entretanto, pesquisas demonstram

problemas relacionados ao ensino deste componente nessa fase escolar. Na perspectiva de Callai (2014), “muitas vezes, o ensino de Geografia não é significativo porque se trabalha com informações desconexas, fragmentadas, desligadas da realidade do aluno” (CALLAI, 2014, p. 37).

Um importante aspecto a ser debatido sobre ensino de Geografia e, notadamente nos Anos Iniciais, relaciona-se à formação de professores, tanto inicial, como contínua e continuada. Estes, salvo raras exceções, são pedagogos, portanto, não são formados na área de Geografia. Esse fato nos remete a pensar sobre problemas de ordem teórica, epistemológica e metodológica no ensino de Geografia nesta fase escolar.

Especialmente nos Anos Iniciais, a Geografia “pode contribuir para a formação cidadã dos educandos, para a construção da sua identidade, de sua noção de pertencimento, de sua autonomia de pensamento” (CALLAI, 2014, p. 37). Nesse sentido, o ensino de Geografia nesta fase, deve proporcionar condições para que as crianças façam a leitura do mundo da vida. Para Callai (2005), “uma forma de fazer a leitura do mundo é por meio da leitura do espaço, o qual traz em si todas as marcas da vida dos Homens” (CALLAI, 2005, p. 228).

Entretanto, ensinar Geografia para as crianças dos Anos Iniciais pressupõe a adoção de práticas que considerem a vivência desses educandos, partindo dos espaços vividos destas, mas também, preocupando-se em relacionar os processos que ocorrem em âmbito local àqueles que ocorrem em âmbito global.

A adoção de práticas pedagógicas pautadas na construção de um conhecimento voltadas para a cidadania pressupõe um rompimento com práticas pedagógicas tradicionais e a adoção de metodologias que levem à formação de alunos que possam atuar na sociedade de maneira crítica e consciente.

Sobre a adoção de práticas pedagógicas que venha a convergir para o rompimento com a prática tradicional em sala de aula, Callai (2005), assevera que:

Para romper com a prática tradicional de sala de aula, não adianta apenas a vontade do professor. É preciso que haja concepções teórico-metodológicas capazes de permitir o reconhecimento do saber do outro, a capacidade de ler o mundo da vida e reconhecer a sua dinamicidade, superando o que está posto como verdade absoluta (CALLAI, 2005, p. 231).

Percebe-se, portanto, a importância em ensinar Geografia nos Anos Iniciais. Nessa fase escolar, o ensino deve ser realizado, na perspectiva dos autores, considerando a vivência dos educandos, a realidade vivida por eles, para que possam ler o mundo da vida. Entretanto, como já fora mencionado, vários entraves dificultam o ensino de Geografia

para as crianças, o que pode convergir para um déficit na aprendizagem dos conceitos geográficos.

Nesse contexto, o professor exerce importante papel, cabendo a este, a partir de suas concepções de educação e de Geografia, buscar identificar os saberes que os alunos trazem consigo para a escola e a partir daí, planejar ações que conduzam os estudantes para a construção do seu próprio conhecimento. Isso exige que o professor tenha consciência das suas escolhas teóricas, epistemológicas e metodológicas. Callai (2005), afirma que “a clareza teórico-metodológica é fundamental para que o professor possa contextualizar os seus saberes, os de seus alunos, e os de todo o mundo à sua volta” (CALLAI, 2005, p. 231).

O livro didático de Geografia e o conceito de paisagem

O livro didático é de longa data um recurso bastante utilizado nas salas de aula sejam elas da Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio. O fato de ser o recurso mais utilizado e desejado, tem levado o livro didático ao centro de debates sobre qual seria a função do mesmo como recurso didático utilizado nas salas de aula? De fato, contribuiria para uma educação voltada para a cidadania? Que papel assumiria no processo de ensino-aprendizagem? E quanto ao professor, que tratamento ele daria ao livro didático?

Diante dessas questões nos propomos a realizar uma abordagem acerca do livro didático de Geografia, objeto deste estudo. Aqui não assumiremos postura de juízo de valor, ou seja, não nos caberá posicionamento contra ou a favor, mas, sobretudo, pontuar as possíveis contribuições ou retrocessos a partir da análise de um livro do 3º ano do Ensino Fundamental, da coleção Aprender Juntos, adotado nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Teresina.

Debatendo sobre o uso do livro didático no Brasil, Copatti (2017), advoga que “o livro didático tem ganhado destaque em diversas pesquisas em educação visto que tem sido o material mais utilizado na rede pública de ensino do país. No contexto da Geografia é relevante por trazer à tona diferentes enfoques” (COPATTI, 2017, p. 75).

Na perspectiva de Copatti, diversos autores têm se debruçado sobre a temática do livro didático. Alguns debatem sobre as lacunas presentes nesse material, outros abordam sobre os conceitos e suas representações nesse material, outros ainda, sobre produção e avaliação do livro didático, além daqueles que tratam sobre o uso do livro em sala de aula, relacionando-o à autonomia do professor.

Para discorrer sobre o ensino de Geografia e o livro didático, decidi dialogar com o texto de Castellar e Vilhena (2019), intitulado “O uso do livro didático”. No referido texto, as autoras concebem o livro como sendo o recurso didático mais utilizado no cotidiano escolar.

De fato, o livro é um material de fácil acesso ao professor e aos educandos. Estes chegam às escolas para subsidiar os docentes a planejarem e ministrarem suas aulas, ao mesmo tempo em que é garantido aos alunos, o acesso ao livro didático, como pressuposto de que este educando tem o direito de aprender.

Compreende-se que o livro didático seja um importante instrumento no processo de ensino-aprendizagem, tanto para o professor quanto para o aluno, visto que, oferece uma multiplicidade de possibilidades com diferentes linguagens, as quais oportunizam aos alunos a possibilidade de múltiplas aprendizagens. Entretanto, há discussões que tratam sobre a eficácia do uso do livro didático em sala de aula e se, o professor tem utilizado esse recurso, de modo que, contribua positivamente para a aprendizagem dos alunos. O entendimento sobre o livro didático, das autoras Castellar e Vilhena (2019), aponta que:

A função do livro didático é muito mais ampla do que aquela a que estamos acostumados a observar nas salas de aula: a leitura e/ou a cópia sem questionamentos e discussões temáticas propostas nele. Entendemos que o uso do livro didático deveria ser um ponto de apoio da aula para que o professor pudesse, a partir dele, ampliar os conteúdos, acrescentando outros textos e atividades e, portanto, não o transformando no objetivo principal da aula (CASTELLAR; VILHENA, 2019, p. 137-138).

Para as autoras a eficácia do livro didático está relacionada à forma como o professor o utiliza na sala de aula. De fato, ainda é comum a presença nas escolas de professores utilizando o livro didático como “um compêndio de informações” (CASTELLAR; VILHENA, 2019, p. 137), utilizando-o como o único material a subsidiar as suas aulas. Esse fato nos remete a pensar sobre a concepção de ensino e de livro didático, inerentes às práticas pedagógicas desses docentes.

Outro problema apontado pelas autoras no tocante à ineficácia dos livros didáticos, se refere ao fato de que a utilização desse material ainda servir a memorização dos conteúdos e não a análise dos dados e informações presentes nesse material e que podem constituir amplas possibilidades de aprendizagens.

Um dos problemas recorrentes nas aulas é a ineficácia da utilização da utilização do livro, na medida em que apenas se memoriza o que está escrito e não se analisam os dados e as informações presentes nos textos didáticos, não criando também outras possibilidades de ampliar o conhecimento escolar (CASTELLAR; VILHENA, 2019, p. 139).

Importante contribuição a esse debate é a afirmação de Gerard e Roegiers (1998). Para eles:

O mais marcante das aprendizagens escolares, especialmente no caso das populações mais desfavorecidas, manifesta-se muitas vezes na incapacidade de um aprendente em utilizar os saberes escolares numa situação apenas um pouco diferente das que se encontram na escola (GERARD; ROEGIERS, 1998, citados por CASTELLAR; VILHENA, 2019, p. 139).

Corroborando com as ideias dos autores dos autores, de fato, o livro didático ainda é utilizado nas escolas com a finalidade de memorizar conteúdo sem a realização de questionamentos, o que levaria o aluno à posição de ser ativo no processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, esse recurso didático vem servindo às práticas de sala de aula baseadas em modelos tradicionais de ensino, onde os alunos ocupam cadeiras organizadas em fileiras, ouvem as explicações do professor, notadamente as aulas expositivas, sendo convidados, em seguida, a responder aos exercícios propostos no livro didático.

Nessa perspectiva, observa-se uma dependência do professor em relação ao livro didático, fazendo do mesmo, seu único ou principal instrumento de trabalho. O que aqui, coloca-se em discussão não é a importância do livro didático, mas a forma de utilização deste pelo professor, posto que, o este material é um instrumento de fundamental importância, notadamente, para aqueles que pertencem à parcela mais desfavorecida da sociedade, como afirmam Gerard e Roegiers (GERARD; ROEGIERS, 1998, citados por CASTELLAR; VILHENA, 2019, p. 139).

Na perspectiva de Castellar e Vilhena o livro didático:

apesar das críticas que podemos fazer à presença do livro didático na sala de aula, temos de ter consciência de que a sua função é muito maior do que a simplificação que fazemos dele, ao utilizá-lo como um fim e não como um meio, como já afirmamos, no processo de ensino e de aprendizagem (CASTELLAR; VILHENA, 2019, p. 139).

Diante do exposto sobre a utilização e eficácia do livro didático, observamos que os problemas debatidos, tendo como foco central, o uso do livro didático, remete também a postura teórico metodológica do professor. Este deve ter clareza sobre quais concepções teóricas e metodológicas devem nortear o seu fazer pedagógico, possibilitando que os professores façam suas escolhas de livros didáticos condizentes com suas práticas.

Caberá ao professor apropriar-se da proposta pedagógica presente no livro, dos objetivos e das múltiplas linguagens que estes trazem, bem como analisar as diferentes propostas neles apresentadas, indo além do uso desse material para fins de memorização.

Outro aspecto pontuado pelas autoras, refere-se à necessidade de aproximar o ensino à realidade do aluno. Esse aspecto constitui importante ponto de discussão entre os professores, visto que, os livros apresentam os conteúdos de forma mais geral, não introduzindo aspectos mais relacionados à cotidianidade dos educandos, sobre a realidade vivida destes.

Nesse sentido, lembramos que “o livro didático deve ser utilizado como um meio e não como um fim” (CASTELLAR; VILHENA, 2019) e que utilizando o livro como suporte, o professor deverá buscar e planejar as especificidades concernentes à realidade de vida dos alunos, as experiências cotidianas destes, bem como, relacionar os diferentes saberes trazidos pelos alunos com os conceitos apresentados nos livros didáticos.

Ressaltamos que é a partir desse confronto dos saberes trazidos pelos alunos para a escola com os saberes apresentados pelos livros e com a mediação do professor é que a aprendizagem deixará de ser memorística para ser uma aprendizagem que faça sentido para o aluno. Essa não é uma tarefa fácil de ser realizada pelo professor, demandando que o docente tenha clareza teórico-metodológica sobre o que ensinar, para que ensinar, para quem ensinar e como ensinar, como defende Callai e Moraes (2017), ao apresentarem os pilares que sustentam a educação geográfica.

O conceito de paisagem

O conceito de paisagem considerado por muitos estudiosos como polissêmico e de caráter multidisciplinar, ao longo da história vem sendo debatido sob várias abordagens e perspectivas. Maximiano (2004, p.84), pontua que a noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo de haver uma elaboração do conceito de paisagem, sendo expresso nas artes e nas ciências das diferentes culturas. Se reportando a JELLYCOE y JELLYCOE (1995), o autor pontua que as pinturas rupestres da França e norte da Espanha, constituem as primeiras concepções conscientes do ser humano acerca da paisagem.

Na perspectiva de Schier (2003, p. 80), o conceito de paisagem surge originalmente ligado ao positivismo alemão de forma estática e focalizando os fatores geográficos agrupados em unidades espaciais. Na escola francesa, este conceito, apresenta-se de maneira mais

dinâmica e de caráter processual. Nesse sentido, ambas as abordagens tratam a paisagem como uma face material do mundo, onde são impressas as atividades humanas.

Gonçalves e Passos (2020, p.32), pontuam que o termo paisagem (Landschaft) é introduzido na Geografia alemã por A. Hommyerem, que a definia como um conjunto de formas que caracterizariam um determinado setor da superfície terrestre. Entretanto, é Humboldt que confere à paisagem o status de categoria de análise, partindo da observação sistematizada dos seus elementos e componentes.

Ratzel, no final do século XIX, seguindo sua linha de pensamento sobre as relações causais existentes na natureza, influenciou os conhecimentos acerca das paisagens. “Na virada do século, suas ideias (Ratzel) foram assimiladas pela Landschaftskunde, uma ciência das paisagens, considerada uma expressão espacial das estruturas da natureza, organizadas por leis cientificamente observáveis” (MAXIMIANO, 2004, p. 32).

Para Cosgrove (2012, p. 223), a paisagem sempre esteve ligada à Geografia humana, com a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e com sua composição. Nesse sentido, a paisagem relaciona-se à uma nova maneira de ver o mundo. Uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana.

Concebendo a paisagem como um conceito complexo e valioso para a Geografia humana, Cosgrove explicita três implicações para este conceito. 1) um foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial; 2) unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente; 3) a ideia da intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo.

Besse (2014, p. 61), propõe um debate acerca dos postulados teóricos e historiográficos disseminados na modernidade referentes à noção de paisagem. Nesse sentido, a paisagem seria essencialmente da ordem da representação e estética, cuja origem seria pictórica.

O autor corrobora com a ideia de que os termos da representação, estética e pintura estão encadeadas para afirmar que a paisagem é uma construção cultural e não um objeto físico, não devendo ser confundida com o ambiente natural, território ou país. Entretanto, Besse propõe uma discussão acerca dos três elementos que sustentam a tese de que a paisagem é da ordem da imagem.

Nesse sentido, o autor problematiza acerca do entendimento do que seja paisagem.

A paisagem é verdadeiramente, e principalmente, da ordem da representação?
É possível ficar com esta definição restritiva da representação paisagística, que

faz da paisagem uma noção e um valor essencialmente estéticos, construídos essencialmente na e pela pintura? É possível dar-se por contente em dizer que a paisagem é, de modo geral, uma estetização, uma “pictorialização” do olhar lançado sobre a natureza? (BESSE, 2014, P. 61)

O autor propõe que, sendo a paisagem uma produção cultural e com significações culturais, esta não pode ser compreendida, apenas sob as significações estéticas, assim como, não podem ser objetos de abordagem científica.

Citando Lapparen (1903), o autor advoga que a paisagem, partindo da ordem da estética, revela uma história, desenvolve um sentido (Besse, 2014).

Estamos aqui diante de uma outra relação com o visível. O visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual ele é, por assim dizer, a superfície. A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, que se trata então de aprender a decifrar, a deciptar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção. A ideia é então que há de ler a paisagem (BESSE, 2014, p. 63-64).

Besse não nega o aspecto visível da paisagem, entretanto defende que este aspecto é dotado de significado e que sua interpretação deve ir além da fruição. O autor propõe um esforço no sentido de que haja uma leitura da paisagem.

Sobre a paisagem, Santos (2014), corroborando com Besse, propõe que a paisagem é do domínio do visível.

Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc (SANTOS, 2014, p. 87- 89).

Sob o enfoque de Santos (2014), a paisagem vai além do aspecto visível, apresentando-se como uma dimensão da percepção. A paisagem é perceptível através dos nossos sentidos. Assim, a paisagem é uma apreensão da realidade a partir da percepção de quem a observa.

Entretanto, para conhecer de fato, a paisagem deve-se ultrapassar seu aspecto visível, conhecer seu significado, para então chegar ao conhecimento da mesma. A interpretação da paisagem deve ocorrer para além do aspecto visível. Nesse sentido, a paisagem é da ordem da percepção.

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferente; desse modo, a visão - pelo homem - das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação, e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência (SANTOS, 2014, p. 70).

Nesse sentido, para conhecer de fato a paisagem, deve-se ultrapassar seu aspecto visível,

conhecer seu significado, para então chegar ao conhecimento da mesma. A interpretação da paisagem deve ocorrer para além do aspecto visível.

O livro didático de Geografia e o conceito de paisagem: uma análise do livro adotado no 3º ano do ensino fundamental

Para avaliar de que forma é realizada a abordagem do conceito de paisagem nos livros de Geografia dos anos Iniciais do Ensino Fundamental, selecionamos o livro do 3º ano, da coleção Aprender Juntos, de autoria de Leda Leonardo da Silva, bacharela e licenciada em Geografia pela Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP).

O livro lançado pela editora SM, é integrante do programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), para o período de 2019 a 2022. Sendo consumível, este material não necessita ser devolvido à escola no término do ano letivo e, constituindo, portanto, uma possível fonte de pesquisas posteriores para os alunos.

A encadernação do livro é do tipo brochura, sendo a capa de material tipo fotográfico, o que nos remete a uma certa fragilidade do material, sendo pouco atrativa para as crianças. Entretanto, pormenorizando a análise, pode-se perceber que as imagens da capa, representam crianças participando ativamente de atividades, o que nos sugere, *a priori*, um processo de construção de conhecimento centrado no aluno.

Outro aspecto sugestivo da capa se refere à questão da formação cidadã do aluno, fato apresentado a partir da gravura da criança portando o recorte de uma árvore, o que pode ser relacionada à questão ambiental, temática atual e que demanda da sociedade atitudes proativas, no tocante a cuidar do meio, no qual estamos inseridos.

A escolha para a análise do livro desse ano escolar, justifica-se a partir de alguns fatores, como a ênfase que se dar ao conceito de paisagem e o fato de este ser o livro didático adotado nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Teresina. Ambos os objetos de uma pesquisa mais ampla, ainda em desenvolvimento.

Na apresentação do livro, a equipe editorial se dirige ao aluno, afirmando que o livro foi pensado para ajudar o aluno a construir uma aprendizagem sólida, com vistas à utilização dos conhecimentos adquiridos no presente, mas também no futuro.

Duas palavras nos chama a atenção nessa afirmação. “ajudar” e “construir”. Ambas se referem, respectivamente ao livro didático e à construção do conhecimento pelos alunos e

podem ser traduzidas como uma alerta de que o livro didático por si só não garante a aprendizagem ao aluno, não podendo ser considerado como o único material a ser utilizado nas aulas.

Já a palavra construir, conforme mencionado no parágrafo anterior, se refere ao processo de construção do conhecimento pelos alunos. Nesse sentido, caberá ao professor o papel de mediador, enquanto caberá aos alunos, participar ativamente desse processo.

Também é pontuado no referido texto, o estímulo à criação, expressão das ideias e pensamentos, reflexão sobre o que aprende e a troca de experiências e conhecimento. A proposta da equipe é de que a partir dos temas trabalhados no livro, conduzirá o aluno a uma aprendizagem na perspectiva da cidadania, aptos a cultivar valores universais como responsabilidade, respeito, solidariedade, liberdade e justiça.

Por fim, é pontuado que, acredita-se que partindo de atitudes positivas e construtivas, os alunos poderão desenvolver comportamentos autônomos, sendo capazes de tomar decisões, encontrar soluções para os problemas e superar conflitos, conforme defende a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Depreende-se das palavras da equipe editorial uma proposta alinhada ao que defende a BNCC que é formar cidadãos proativos, aptos a responder os complexos problemas advindo de uma sociedade em constante transformação. Uma construção do conhecimento voltado para a formação de cidadãos críticos e, isso só será conseguido a partir de práticas de ensino, onde o aluno possa, verdadeiramente, construir o seu conhecimento.

O sumário está organizado em doze capítulos. Destes, seis, tratam de maneira mais específica, sobre o conceito de paisagem. São eles, os capítulos um, dois, três, seis, dez e onze. Percebe-se, portanto, que o livro se propõe a trabalhar de maneira mais detalhada o conceito em questão, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 – capítulos do livro em análise que abordam o conceito de paisagem, 2022

Capítulo	Temas/subtemas abordados
Um	Reconhecendo as paisagens: diferentes paisagens, os elementos da paisagem, a transformação da paisagem.
Dois	A ação humana sobre a paisagem: a origem da ação humana, recursos naturais, modos de vida e exploração dos recursos naturais, três erros para proteger o meio ambiente, modos de vida em harmonia com o meio

	ambiente.
Três	Paisagem e orientação: pontos de referência, endereço, pontos cardeais.
Seis	A água: a água em diferentes paisagens, os rios e seu curso, interferência humana no curso dos rios, o uso da água para a geração de energia, os mares lagos e oceanos.
Dez	O campo: as atividades e as paisagens do campo, a agricultura, o uso da água na agricultura, cuidados com a água na agricultura, pecuária, outras atividades econômicas.
Onze	A cidade: as paisagens das cidades, as diferenças entre as cidades, as atividades econômicas na cidade.

Fonte: elaboração dos autores.

Os capítulos são iniciados realizando uma retomada sobre os conhecimentos que os alunos já têm internalizados, ou seja, os conhecimentos prévios, de acordo com a Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS) de David Ausubel é de fundamental importância para que o aluno aprenda de maneira significativa. Na perspectiva de Moreira (2011), “Aprendizagem significativa é aquela em que ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não-arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe” (MOREIRA, 2011, p. 13).

Outro aspecto positivo, se deve ao fato de a autora instigar os alunos a associarem o lugar representado na obra de arte com o lugar de vivência do aluno, apontando semelhanças e diferenças entre estes. Esse aspecto do livro vai ao encontro da defesa de Callai (2005), sobre o ensino do conceito de paisagem para as crianças dos anos iniciais.

Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos, econômicos) (CALLAI, 2005, p. 228).

A autora considerando que a leitura do mundo é fundamental para a vida em sociedade, debate que, nos primeiros anos de escola, o ensino de Geografia deve proporcionar à criança as possibilidades de estas fazerem a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente. Nessa perspectiva, o ensino deste componente curricular deve considerar as vivências da criança, os saberes que trazem consigo para a escola.

No tocante à forma como os conteúdos estão apresentados, observamos que estes estão dispostos de forma descontextualizada da realidade local dos educandos, especificamente, dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Teresina, apresentando fatos de espaços distantes da realidade destes alunos. Esse é um achado bastante comum ao analisarmos os livros didáticos, posto que, são produzidos nos grandes centros e frequentemente não consideram as especificidades de âmbito mais local.

Entretanto, ressaltamos que o livro didático não deve ser o único instrumento a ser utilizado nas aulas de Geografia, cabendo ao professor, utilizar alternativas variadas de material didático, no intuito de que a aprendizagem faça sentido para o aluno.

Assim, o livro didático de Geografia adotado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, está em discordância com o que é especificado pelo Currículo de Geografia de Teresina. Neste documento encontramos referência a um ensino de Geografia que considere a realidade vivida pelo aluno, sugerindo que o espaço local teresinense seja a escala a ser considerada nos estudos sobre paisagem.

Insistimos, porém, que o livro didático é, apenas, mais um instrumento a ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem e que o professor deverá ter autonomia teórico-metodológica para decidir o que ensinar e como ensinar Geografia para seus alunos, na perspectiva de uma educação geográfica para a cidadania.

Outro ponto que merece destaque no livro em análise, refere-se ao fato de as transformações da paisagem estarem associadas ao modo de vida das sociedades e exploração dos recursos naturais. Encontramos referência as formas que devem ser adotadas para proteger o meio ambiente, o que revela uma preocupação com problemas atuais como é o caso da crise ambiental.

Utilizando-se de linguagem lúdica, como história em quadrinhos, a autora relaciona questão do consumismo aos problemas ambientais, em que transforma as paisagens de maneira negativa. *Pari passu*, a autora apresenta textos sugestivos de como proteger o meio ambiente, partindo do que é conhecido como “três erres”: reduzir, reutilizar e reciclar. Nesse sentido a autora, também propõe uma discussão acerca dos cuidados que devemos ter ao utilizar a água nas atividades agrícolas, a fim de evitar desperdícios e contaminações.

Um ponto a ser debatido, no livro, e que, evidencia uma prática, ainda, tradicional, realizada nas aulas de Geografia é a dissociação das paisagens urbanas e rural, como se, na prática, esses espaços não se apresentassem de forma articulada e em constante

processo de interdependência.

O livro apresenta uma variedade de linguagens para realizar a abordagem do conceito de paisagem. A autora utiliza-se de textos científicos, fábulas, poemas, histórias em quadrinhos, além de um acervo de fotografias, obras de arte, gravuras, mapas e croquis, o que oportuniza aos educandos diferentes tipos de aprendizagens e possibilitando que os alunos façam observações, análises e comparações, evidenciando atitudes proativas dos educandos e na perspectiva da cidadania.

Considerações finais

O ensino de Geografia de Geografia pode contribuir de maneira substancial para o ensino de Geografia, na perspectiva da formação crítica dos educandos, devendo o ensino deste componente curricular ocorrer a partir dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesta fase, o ensino de Geografia deve considerar a vivência do aluno, contribuindo para a aprendizagem dos conceitos geográficos de maneira significativa. A aprendizagem significativa dos conceitos geográficos possibilita a formação de cidadãos críticos, aptos a atuar na sociedade em constante transformação.

Para que o ensino de Geografia seja realizado de maneira a responder as demandas da sociedade atual, é necessário romper com práticas tradicionais de ensino e adotar alternativas variadas de recursos didáticos a serem utilizados como suportes para as aulas de Geografia. Nesse sentido, analisamos o livro didático, material ainda, muito utilizado nas escolas e de fácil acesso tanto para alunos como para os professores.

O livro analisado revelou aspectos relevantes acerca da abordagem do conceito de paisagem, posto que, no início dos capítulos, é realizada uma retomada sobre os conhecimentos prévios, possivelmente internalizados pelos educandos, evidenciando uma preocupação com a aprendizagem significativa dos conceitos geográficos.

Outro aspecto relevante é a utilização de temas problematizadores, utilizando para isso, texto de gênero variados, como textos jornalísticos, fábulas e poemas, além de desenhos, análise de obras de arte e croquis, evidenciando a utilização de linguagens variadas que chamam a atenção do aluno e apontando para uma aprendizagem interdisciplinar.

A autora do livro analisado, “Aprender Juntos, Geografia do 3º ano do Ensino Fundamental, procura instigar os educandos a associarem a leitura de imagens à suas vivências. Entretanto, esse é um ponto negativo, comum aos livros didáticos, tratar de realidades distantes do cotidiano do aluno. No entanto, ressaltamos que o livro didático é,

um recurso que subsidia o professor em suas aulas, devendo este, fazer as adequações necessárias.

Destacamos que o livro analisado, apresenta uma variedade de linguagens para realizar a abordagem do conceito de paisagem, possibilitando que os alunos façam observações, análises e interpretações. Dessa forma, este material, apresenta-se como importante material a ser utilizado pelo professor nas aulas de Geografia, no 3º ano do Ensino Fundamental.

Referências

BESSE, J-M. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BRASIL, *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CALLAI, H. C. A Geografia é ensinada nos Anos Iniciais? Aprende-se Geografia nos Anos Iniciais? In: *O ensino de Geografia e suas composições curriculares*. Antonio Carlos Castrogiovanni...[et al.]. Porto Alegre: Mediação, 2014. P. 31-41.

CALLAI, H C; MORAES, M. M. Educação geográfica, cidadania e cidade. *ACTA GEOGRÁFICA*. Boa Vista, Edição Especial, 2017, p. 82-100.

CALLAI, H C. Educação geográfica para a formação cidadã. *Revista de Geografia Norte Grande*, 70: 9-30, 2018.

CASTELLAR, S.; VILHENA, J. *Ensino de Geografia*. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

CAVALCANTI, L. S. *PENSAR PELA GEOGRAFIA: ensino e relevância social*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

COPATTI, C. Livro didático de Geografia: da produção ao uso em sala de aula. *Èlisée, Rev. Geo*. UEG-Porangatu, v. 6, n. 2, p. 74-93, jul./dez. 2017.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Geografia cultural: uma ontologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GARCIA PÉREZ, F. F. Algunas dificultades del profesorado de Geografía para educar en ciudadanía. *Didacticae*, 9, p. 39-52.

GONÇALVES, D. L.; PASSOS, M. M. Da sistematização do conhecimento geográfico às diversas análises teóricas da paisagem e do geossistema. *Espaço em Revista*. v. 22, n. 2, p. 29-55. Jul./dez. 2020.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. *RA'E GA*, Curitiba. n.8, p. 83-91, 2004.

MOREIRA, M. A. *APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: a teoria e textos complementares*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. HUCITEC, São Paulo. 2014.

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. *RA'E GA*, Curitiba, n. 7, p. 79-85. 2003.

SILVA, L. L. *Aprender juntos Geografia, 3º ANO: ensino fundamental*; organizadora Edições SM, 6. Ed. São Paulo: Edições SM, 2017.